

O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO DO ISEB REVISITADO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Trabalho apresentado ao IX Encontro Nacional de Economia Política, Uberlândia, 8 a 11 de junho de 2004.

Abstract. The ISEB was a group of nationalist intellectuals who, in the 1950s, thought Brazil also in global sociological and political terms. They defined development as capitalist revolution, and as national revolution – as an industrialization process and a process of state formation involving deep economic, social, and political change, through which per capita growth would become self-sustained, and a national bourgeoisie, associated to the state technocracy, would lead the growth process according to the national interest. Their ideas were criticized with a strong bias by the school of sociology of São Paulo, which emerged ten years later rejecting nationalism, and insisting in class conflict. ISEB's mistakes, however, are not related to this criticism. They overestimated the capacity of the modern sector to absorb the labor surplus existing in the traditional sector, and they underestimated the possibility that a crisis originated in excessive foreign indebtedness could put a halt to the national revolution.

O ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) foi um grupo de intelectuais de várias origens e especialidades que, nos anos 50, desenvolveu no Rio de Janeiro uma visão coerente e abrangente do Brasil, e do seu processo de industrialização e desenvolvimento. Não faço aqui uma resenha do pensamento do ISEB, mas dou-lhe uma interpretação pessoal, ao mesmo tempo em que faço uma crítica de suas eventuais insuficiências, principalmente do seu otimismo que não permitiu prever a possibilidade de uma crise de longo prazo, como aquela que atinge o desenvolvimento brasileiro e latino-americano a partir dos anos 80. A perspectiva abrangente do ISEB é contemporânea e essencialmente coerente com a visão predominantemente econômica da CEPAL. Por outro lado, é imediatamente anterior às análises do Brasil, que se originaram uma década mais tarde em São Paulo, no departamento de

sociologia da USP, em torno de Florestan Fernandes. Embora centrando minha atenção no ISEB, farei em alguns momentos comparações com os outros dois centros de pensamento.¹

O ISEB foi fundamentalmente uma escola de intelectuais públicos que se reúne sob a liderança de Hélio Jaguaribe para pensar o Brasil.² Como seus membros viviam no Rio de Janeiro ou em São Paulo, durante algum tempo, em 1952, eles se encontravam em Itatiaia. Depois, com a fundação do IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política), a partir da iniciativa de Hélio Jaguaribe, o grupo tornou-se essencialmente um grupo do Rio de Janeiro, e identificou-se com sua principal publicação, os *Cadernos de Nosso Tempo*, uma revista que teve cinco números publicados entre 1953 e 1956.³ Em 1955, no governo Café Filho, o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) é criado, nos moldes da Escola Superior de Guerra, e o grupo passa a fazer parte do aparelho do Estado brasileiro. O fato era surpreendente, já que seus membros haviam apoiado Getúlio Vargas, se oposto ao golpe que o derrubou, e naquele momento defendiam a eleição de Juscelino Kubitschek, do qual se esperava a continuidade da política nacional e industrializante de Vargas.⁴ Com a eleição de Juscelino, o ISEB, agora situado no aparelho do Estado, se transforma no principal centro de pensamento nacionalista e desenvolvimentista brasileiro. Não obstante, o grupo não logrou fazer parte ativa do governo Kubitschek. Tratava-se de um grupo de intelectuais que, embora inseridos no aparelho do Estado, e preocupados com a formulação de projetos de desenvolvimento, não tinham habilidades tecnocráticas nem políticas especiais. Sua força estava em suas idéias, não na ação.

Os principais intelectuais do ISEB foram os filósofos Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier e Michel Debrun, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, os economistas Ignácio

¹ Parece-me necessária esta comparação porque, como declarei recentemente, em uma entrevista a Afrânio Garcia e Hégio Trindade, embora paulista e membro do conselho do Cebrap desde sua fundação, originalmente não fazia parte da escola de sociologia de São Paulo, mas da escola do ISEB, do Rio de Janeiro. Participei ativamente do desenvolvimento da interpretação da nova dependência, mas sem renunciar à perspectiva histórica, nacionalista e dualista que caracterizava o pensamento isebiano.

² Estou usando a expressão ‘intelectuais públicos’ nos termos adotados por Russell Jacoby (1987).

³ *Cadernos do Nosso Tempo* tinha como diretor Hélio Jaguaribe, e Ewaldo Correia Lima como seu redator chefe, desde o primeiro número, publicado em outubro de 1953 até o quinto e último publicado em janeiro de 1956.

⁴ Cândido Motta Filho, Ministro da Educação no governo Café Filho, fizera parte do grupo de intelectuais paulistas ligados nos anos 30 ao integralismo, juntamente com Roland Corbisier – o único paulista que se transfere para o Rio de Janeiro com a criação do IBESP e, depois, do

Rangel, Rômulo de Almeida e Ewaldo Correia Lima, o historiador Nelson Werneck Sodré, e os cientistas políticos Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes de Almeida. Eu tomei conhecimento de sua produção intelectual em janeiro de 1955, quando li o número 4 de *Cadernos de Nosso Tempo*, e essa leitura teve para mim o papel de uma verdadeira revelação do processo histórico do desenvolvimento brasileiro. Embora o grupo tivesse origem heterogênea – apenas um era comunista (Werneck Sodré), apenas três podiam ser chamados de marxistas (o próprio Sodré, Vieira Pinto, e Ignácio Rangel), e somente dois claramente católicos (Vieira Pinto e Mendes de Almeida) –, o pensamento de todos parecia razoavelmente coeso. Adotavam todos o método histórico de conhecimento, partilhavam uma perspectiva de esquerda moderada, e eram, sem exceção, nacionalistas, fundamentalmente preocupados com a industrialização e a Revolução Nacional Brasileira. Por isso, foram os principais formuladores da ‘interpretação nacional burguesa’ do Brasil (Bresser-Pereira, 1982). Apesar disso, já no final dos anos 50, o ISEB é vítima da radicalização política que abalaria o país nos anos seguintes. Com a publicação por Hélio Jaguaribe de um livro pioneiro, *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira* (1958), desencadeia-se uma profunda crise na instituição, que acaba resultando em sua saída do ISEB.⁵ Nesse livro Jaguaribe reconhece que os investimentos estrangeiros estavam se dirigindo para a indústria. Ao fazer essa afirmação de fato ele contrariava uma tese comum à esquerda e aos nacionalistas brasileiros e latino-americanos, representados pelo próprio ISEB, pela CEPAL no Chile, e pelo Partido Comunista então na ilegalidade no Brasil, segundo a qual o ‘capital estrangeiro’, associado ao setor primário-exportador, seria o principal obstáculo político à industrialização brasileira.⁶ Ao reconhecer um papel positivo para os investimentos diretos estrangeiros, ele estava antecipando uma tese da ‘teoria da nova dependência’, que seria formulada em São Paulo e no Chile nos anos 60, depois do golpe de 1964 e da retomada do desenvolvimento em 1967, e se tornaria dominante na América Latina nos anos 70. Seus

ISEB. Este fato provavelmente explica a contradição. Ver Alzira Alves de Abreu (1975), que faz um relato completo do processo de criação do ISEB.

⁵ Este livro apenas tornou mais evidente a precariedade da coesão de idéias alcançada pelo ISEB. Como é próprio de todo grupo intelectual, divergências importantes os separavam. Guerreiro Ramos, por exemplo, sempre foi reticente em relação à questão da burguesia nacional. Neste trabalho, porém, não estou interessado nas divergências, mas em definir o vetor do seu pensamento, que afinal, mesmo após a crise de 1958, não se perdeu.

⁶ Alzira Alves Abreu (1975: 155) observa que “o programa do PCB (Partido Comunista Brasileiro), lançado em 1958, apresentava em seus aspectos fundamentais uma total similitude com a ideologia formulada pelo ISEB”. Gildo Marçal Brandão (1997: 241-245) mostra que depois de o PCB haver passado por uma “visão apocalíptica e catastrofista do capitalismo” entre 1948 e 1954, adota a política de aliança com a burguesia nacional e “formalizam a aliança com o movimento nacionalista”.

companheiros, entretanto, não quiseram reconhecer o fato histórico novo, que exigia uma nova formulação teórica.

Enquanto ocorria a crise interna do ISEB, o próprio pacto nacional-desenvolvimentista, que seus membros haviam identificado e defendido, entrava também em crise. O candidato Henrique Teixeira Lott, general apoiado por Juscelino Kubitschek, pelo PSD e pelo PTB – ou seja, pela coalizão política criada por Vargas, perdeu as eleições presidenciais de 1959. Entretanto, com a renúncia de Jânio Quadros seis meses depois, o vice-presidente João Goulart, que assumira o papel de herdeiro político de Vargas, e se transformara no líder político de esquerda dessa coalizão, assume a Presidência da República. Este fato, somado principalmente à revolução cubana de 1959, dá origem à radicalização da esquerda brasileira, da qual o ISEB participará, e ao alarmismo de direita, que terminará com o golpe militar de 1964. Em seguida, o ISEB é objeto de um inquérito militar, seus membros têm seus direitos cassados, e a própria organização é extinta.

Logo depois de sua fundação, o ISEB organizou no Rio de Janeiro, em sua sede do Botafogo, um curso regular com duração de um ano. Nesse curso, destinado a formar as elites brasileiras, era oferecida uma visão ampla e coerente do Brasil, de sua história, do caráter semi-colonial do período que se segue à independência política, e do início da Revolução Nacional Brasileira, que começa com a Revolução de 1930, sob a liderança de Getúlio Vargas, e sob a égide da industrialização substitutiva de importações.⁷ Essas idéias completavam-se, no plano econômico, com o pensamento estruturalista da CEPAL e, particularmente, de Celso Furtado, que, embora não tenha feito parte formal do ISEB, estava próximo das idéias daquele grupo, e publicou duas conferências através do Instituto.⁸ Por outro lado, o principal economista do ISEB, Ignácio Rangel, participou como aluno de um curso no início dos anos 50 na CEPAL, em Santiago do Chile. Dessa forma, a perspectiva política do ISEB, centrada na idéia de revolução nacional, e a perspectiva econômica da CEPAL, fundada na crítica da teoria

⁷ Eu não tive oportunidade de cursá-lo. Contentei-me em fazer um curso dado por Roland Corbisier na Biblioteca Municipal de São Paulo, a assistir a todas as conferências que os membros do ISEB dariam em São Paulo, e a ler quase todos os trabalhos que então publicaram. Isto bastou para que eu, que antes tinha apenas uma visão católica progressista do mundo, a partir de minha participação na Ação Católica, e do aprendizado de pensadores como Jacques Maritain e Alceu Amoroso Lima, passasse, aos 20 anos de idade, a ter uma visão razoavelmente coerente e abrangente do Brasil – a visão do ISEB.

⁸ “Perspectivas da Economia Brasileira” (1958), e “A Operação Nordeste” (1959).

econômica neoclássica, somavam forças, forneciam uma base sólida, no início dos anos 50, para que um poderoso e inovador grupo de intelectuais pensasse o Brasil e a América Latina.

Com uma defasagem de cerca de dez anos, formou-se a escola de sociologia de São Paulo, sob a liderança de Florestan Fernandes. Enquanto o grupo do ISEB, embora dotado de ampla formação teórica, estava antes situado no aparelho do Estado do que na universidade, e não estava preocupado com a pesquisa empírica, mas era um grupo de intelectuais públicos universalistas, o grupo de São Paulo torna-se um produto por excelência da universidade. A preocupação empírica inicial é com a discriminação racial, inaugurada com os trabalhos pioneiros de Fernando Henrique Cardoso (1962) e de Florestan Fernandes (1965). Enquanto, de acordo com Norma Côrtes (2003: 27-31), o ISEB era um grupo nacionalista e historicista, que tinha uma visão dualista da história, e pressupunha a possibilidade das alianças de classe, e estava centralmente preocupado com o desenvolvimento nacional obstado pelo imperialismo, a escola paulista adotou uma perspectiva cosmopolita e estruturalista, anti-dualista, enfatizando a dicotomia das classes ao invés das relações imperiais entre os estados-nação, e rejeitando a possibilidade da aliança de classes. O alvo inicial da sociologia paulista e a escola pernambucana de Gilberto Freire; o segundo será o ISEB. O primeiro trabalho amplo, que esboça uma visão do Brasil, e já começa a competir com as idéias do grupo do Rio de Janeiro, será o livro de Fernando Henrique Cardoso (1964) sobre os empresários e o desenvolvimento econômico, que é publicado no momento em que o grupo do Rio de Janeiro, depois de sofrer a crise interna, estava sendo extinto pelo regime militar. A visão paulista, porém, só se configura plenamente no final da década, em pleno regime militar, quando a economia brasileira já começava a superar a crise dos anos 60. Configura-se com dois trabalhos muito diferentes, um de Cardoso e Faletto, *Desenvolvimento e Dependência na América Latina* (1969), e outro de Francisco de Oliveira, *A Crítica da Razão Dualista* (), mas que têm em comum não serem nacionalistas, serem descrentes do desenvolvimentismo, e criticarem o dualismo otimista do pensamento carioca. Enquanto para o ISEB os empresários industriais constituíam ou deviam constituir a burguesia nacional, envolvida na industrialização, e associada aos técnicos do Estado e aos trabalhadores nessa tarefa, para Fernando Henrique os empresários são um grupo politicamente imaturo e confuso, sem projeto político.⁹ Depois do golpe militar de 1964, enquanto o grupo de São Paulo, sob a liderança transitória de Caio Prado Jr., exorcismava a

⁹ Fernando Henrique Cardoso faz a crítica inicial das idéias do ISEB (1964: 81-82). Esta crítica é radicalizada mais tarde por dois representantes da escola de São Paulo, Caio Toledo de Carvalho (1974) e Maria Sylvia de Carvalho Franco (1978), enquanto Francisco de Oliveira (1972) criticava principalmente o estruturalismo de Celso Furtado.

interpretação nacional-burguesa do Brasil, que o ISEB e o Partido Comunista haviam compartilhado, culpando-a pelo próprio golpe, os intelectuais do ISEB haviam sido dispersos.¹⁰ A vitória ‘acadêmica’ da escola paulista foi completa, mas está claro que avaliação que foi realizada da contribuição dos intelectuais do ISEB ficou incompleta e enviesada.¹¹

Nos anos 50, o ISEB identificava a industrialização, que se acelerara desde 1930, com a Revolução Nacional Brasileira, e argumentava que então, sob a égide de Getúlio Vargas,¹² se formara um pacto político nacional-populista unindo burguesia industrial, trabalhadores, técnicos do Estado, e a parte da oligarquia substituidora de importações, e atribuía um papel protagonista para os empresários industriais. Nos anos 60, nem o ISEB, nem a escola de São Paulo tinham razão em relação ao problema da burguesia nacional. Não se entendiam porque trabalhavam em níveis de abstração diferentes, e, principalmente, porque não consideravam os fatos que resultaram no golpe de 1964. Não se deram conta que uma série de fatos novos ocorridos durante os anos 50 haviam superado o conflito entre indústria e setor agro-exportador, inviabilizado uma aliança entre as esquerdas e os empresários industriais, e levado a classe capitalista a se unir contra a ameaça comunista. Coube a mim, como membro paulista e júnior do grupo do ISEB, distinguir esses três pares de fatos históricos novos e fazer a análise política dos mesmos, que aparece de maneira completa na primeira edição de *Desenvolvimento e Crise no Brasil: 1930-67*.¹³ Organizei os fatos históricos novos em três pares: a consolidação da indústria e a queda dos preços do café no mercado internacional, que superavam a questão

¹⁰ Caio Prado Jr., muito mais velho, não era parte do grupo, mas trouxe-lhe um inesperado apoio através do ensaio, tão notável quanto equivocados, *A Revolução Brasileira* (1966). Identifiquei a visão de Caio Prado Jr., que foi dominante na escola de sociologia de São Paulo nos anos 60, à ‘interpretação funcional-capitalista’ (Bresser-Pereira, “Seis Interpretações do Brasil”, 1982).

¹¹ Norma Côrtes cita a respeito a seguinte frase de Jaguaribe (1978: 102) na qual sou citado: “quase todos os estudos sobre o ISEB – com a importante exceção de Luiz Carlos Bresser-Pereira... – têm sido empreendidos por uma nova geração de intelectuais geralmente com teses de doutoramento, aos quais escapa... um suficiente entendimento das condições brasileiras de fins da década de 1940 a princípios de 1960. Estes críticos são conduzidos, sem se dar conta, a uma polêmica geracional condicionada pela postura de jovem acadêmico...”

¹² Observe-se que Vargas foi populista apenas do ponto de vista político. Ao contrário do que ocorria com Juan Perón, com quem é frequentemente comparado, jamais foi um populista econômico, mantendo sempre equilibradas as finanças do Estado, controlando o gasto público, e o equilíbrio do estado nacional, evitando o endividamento externo excessivo.

¹³ Fiz a análise dos fatos históricos novos que mudavam estruturalmente a política brasileira, primeiramente, em uma carta a Luiz Antônio de Almeida Eça (1960); depois em um *paper* “O Empresário Industrial e a Revolução Brasileira” (1964); e em um segundo *paper* para a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, que só não foi publicado porque a revista foi extinta pelos militares, mas que afinal se constituiu no capítulo 3 de *Desenvolvimento e Crise no Brasil – 1930-1967* (1968).

do ‘confisco cambial’ que opunha a agricultura exportadora à indústria; a entrada das empresas multinacionais na indústria, que levava parte da burguesia local a ser supridora ou distribuidora dos seus produtos, e a aprovação da lei de tarifas de 1958, que protegia mais estavelmente a indústria contra importações, ambos os fatos reduzindo o caráter eventualmente nacionalista da burguesia; e, finalmente, a revolução de Cuba e o recrudescimento da luta sindical, que, somados à radicalização do início dos anos 60, tiveram o condão de unir politicamente a classe capitalista e amplos setores das classes médias. Ao invés de acusar de equivocado o pensamento do ISEB sobre o desenvolvimento brasileiro, eu afirmava que ele fora correto, mas que em seguida aquela série de fatos novos inviabilizara esse pacto. E acrescentava que, neste quadro de vácuo político ou vácuo de poder, que Jânio Quadros eleito presidente da república se revelou incapaz de preencher, a radicalização das esquerdas e o alarmismo da direita, somam-se à crise econômica provocada pelo excesso de gastos e pela valorização do câmbio durante o governo Kubitschek, e levam o país a uma profunda crise política e, afinal, ao golpe militar. Ao fazer essa análise eu preservava a extraordinária contribuição representada pela escola nacionalista, desenvolvimentista, e dualista do ISEB, ao mesmo tempo em que abria espaço uma interpretação da nova dependência que se conservasse nacionalista.¹⁴

Desenvolvimento é Revolução Capitalista

No pensamento do ISEB havia um conceito de desenvolvimento que tomava emprestadas idéias de Marx, de Schumpeter, e do estruturalismo latino-americano de Raul Prebisch e Celso Furtado, sem, entretanto, preocupar-se em ser fiel a qualquer uma destas visões. O desenvolvimento é um processo de acumulação de capital e de incorporação de progresso técnico através do qual a renda por habitante, ou, mais precisamente, os padrões de vida da população aumentam de forma sustentada. Para o ISEB, como para a CEPAL, o desenvolvimento era industrialização, mas, mais do que isto, era o processo através do qual o país realizava sua revolução capitalista. Como para Marx, era um processo integrado de desenvolvimento econômico, social e político. Como para Schumpeter, tinha como agentes os empresários, e não significava simplesmente aumento da renda *per capita*, mas transformações estruturais da economia e da sociedade. Mas todo esse processo só fazia sentido nos quadros

¹⁴ Para isto, era necessário, porém distinguir o ‘velho nacionalismo’, que considerava o capital estrangeiro contrário à industrialização brasileira, do ‘novo nacionalismo’ que afirmava simplesmente o interesse nacional em cada caso em que esse interesse estivesse em jogo, ao invés de cair no equívoco do cosmopolitismo de não distinguir o capital nacional do estrangeiro.

econômicos da revolução capitalista e nos políticos da formação de um estado-nação moderno: o desenvolvimento acontecia em um mercado capitalista definido e regulado pelo Estado.

A idéia de revolução capitalista, emprestada do materialismo histórico, estava na base do pensamento do ISEB, embora sem qualquer ortodoxia, e com um papel maior para os aspectos culturais e ideológicos. Como não havia preocupação com ‘fidelidade’, os autores do ISEB não precisavam reinterpretar Marx, mas tinham clara a idéia da revolução burguesa de Marx, e sabiam que esta ocorre em duas fases –do mercantilismo e do capitalismo industrial –, e que só a segunda produz efetivamente o desenvolvimento. Furtado veria esse fenômeno com mais clareza ainda em seu clássico *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961),¹⁵ mas no pensamento do ISEB, e, particularmente, de Ignácio Rangel, Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe, já é possível perceber que a superação do subdesenvolvimento, na medida em que é industrialização, depende da superação do capitalismo mercantil. É verdade que Rangel, em sua teoria da dualidade (1953, 1962, 1981), cria uma certa confusão a respeito ao falar em feudalismo no Brasil, mas para ele o latifúndio colonial era ‘feudal’ apenas internamente; externamente, dada a ‘dualidade básica da economia brasileira’, era mercantil. Ora, o capitalismo mercantil já tem o lucro como objetivo claro da atividade econômica, mas não definiu ainda o aumento da produtividade como o meio por excelência de alcançá-lo. Para o mercantilismo, o monopólio derivado do comércio de longa distância, ou dos privilégios outorgados pelo rei, são suficientes para garantir o lucro mercantil. É só a partir da Revolução Industrial que a Revolução Capitalista se completa, e que os lucros alcançados em mercados predominantemente competitivos passam a depender da sistemática incorporação de progresso técnico à produção. É com a passagem do capitalismo mercantil para o industrial que as duas características essenciais do desenvolvimento econômico – a acumulação capitalista com incorporação sistemática de progresso técnico – se materializam, provocando o crescimento sustentado da renda por habitante, e a melhoria dos padrões de vida da população. É também nesse momento que o agente por excelência do desenvolvimento, o empresário industrial, se configura. No Brasil, segundo o ISEB, esse processo histórico começa propriamente em 1930. Antes, entre o descobrimento e 1808/21, o Brasil havia sido um país colonial, e, a partir da independência política, semi-colonial.

O desenvolvimento que emerge da revolução capitalista é ‘sustentado’ porque, a partir de então, a acumulação de capital e o progresso técnico tornam-se condição de sobrevivência das

¹⁵ Ver Furtado (1961), capítulo 3, “O Processo Histórico do Desenvolvimento”.

empresas. Ao contrário do que acontecia com o capitalismo mercantil, a empresa que não continua a investir na modernização de seu sistema de produção e de seus produtos e serviços perecerá. A partir desse raciocínio, era razoável que o ISEB e a CEPAL supusessem que, depois da industrialização, o desenvolvimento se tornaria praticamente automático.

Desenvolvimento é estratégia

Para o ISEB, o desenvolvimento dos países então subdesenvolvidos só seria possível se fosse fruto de planejamento e de estratégia, tendo como agente principal o Estado. Dada a existência do imperialismo, seria impossível a esses países se desenvolver sem que sua revolução capitalista se completasse pela revolução nacional que leva à formação do estado nacional. Os estados nacionais ou países modernos surgem na Europa como a face política e institucional da revolução burguesa. Surgem quando o Estado se diferencia da sociedade, ou quando o público se separa do privado. Dentro de cada estado nacional, o Estado é a organização de políticos, burocratas e militares dotada de poder de legislar e tributar a sociedade vivendo em um determinado território, e é também a própria lei, ou o sistema institucional que rege essa sociedade. Para os países hoje desenvolvidos, o desenvolvimento econômico foi, historicamente, o processo de acumulação sistemática de capital com incorporação de progresso técnico realizada por empresários em um mercado estabelecido e regulado por cada Estado nacional. Desta definição, entretanto, não se depreende que o estado nacional, mesmo nesses países, tenha sido apenas um ‘ambiente’ no qual o desenvolvimento ocorreu. Ele não se limitou a criar as condições econômicas e institucionais adequadas para o desenvolvimento, mas foi também o promotor desse desenvolvimento.

No caso dos países subdesenvolvidos que, nos anos 50, estavam em pleno processo de revolução capitalista, o ISEB salientava que o Estado tem, adicionalmente, o papel de ser o líder estratégico do desenvolvimento. Deve proteger a indústria nacional infante contra a concorrência estrangeira – daí a tese que o desenvolvimento deve ocorrer pela substituição de importações. Deve planejar a economia, principalmente os investimentos do próprio Estado na infra-estrutura econômica do país. E deve estar constantemente se atualizando, diante dos novos desafios econômicos e tecnológicos que estão permanentemente surgindo em nível nacional e internacional. O desenvolvimento é, portanto, planejamento, mas é também estratégia. O Estado não pode limitar-se a estabelecer as condições institucionais para que os empresários invistam. Deve, também, criar as condições econômicas necessárias.

Podemos, assim, completar o conceito de desenvolvimento do ISEB: é o processo de acumulação de capital, incorporação de progresso técnico, e elevação dos padrões de vida da população de um país, que se inicia com uma revolução capitalista e nacional; é o processo de crescimento sustentado da renda dos habitantes de um país sob a liderança estratégica do Estado nacional e tendo como principais atores os empresários nacionais. O desenvolvimento é nacional porque se realiza nos quadros de cada estado nacional, sob a égide de instituições definidas e garantidas pelo Estado.

Nesta definição fica clara a importância das instituições. Nos últimos anos, muitos economistas neoclássicos e cientistas políticos da escola da escolha racional, percebendo as limitações de seus modelos abstratos e vazios de história, ‘descobriram’ as instituições e passaram a dar a elas uma importância particular. Preocuparam-se, especialmente, em afirmar a importância da garantia da propriedade e dos contratos. O ISEB, como a CEPAL, não precisava separar as instituições da análise geral. O Estado dentro de um país é a instituição por excelência; é a instituição organizacional e normativa dotada de poder extroverso sobre a população vivendo no território do estado nacional.¹⁶ Seu papel é mais amplo do que simplesmente garantir a propriedade e os contratos. Através da revolução capitalista e da revolução nacional, o Estado, associado principalmente à burguesia, mas em nome de todas as classes, define as leis gerais e as políticas específicas que constituirão a estratégia de desenvolvimento nacional. O desenvolvimento é um processo de contínuo planejamento e re-planejamento. É essencialmente o resultado de uma vontade nacional que se expressa de forma estratégica.

Desenvolvimento é Revolução Nacional

Para que o desenvolvimento possa ser pensado em termos estratégicos, entretanto, é necessário que o Estado tenha as condições materiais e ideológicas necessárias. Antes de tudo, portanto, é necessário que a revolução capitalista seja também uma revolução nacional. Uma revolução que tenha como consequência a formação do estado nacional, liderado por políticos, burocratas e empresários dotados de consciência nacional. A partir desta perspectiva, ao mesmo tempo

¹⁶ O poder é ‘extroverso’ porque o Estado é a única organização cujas normas regulam não apenas os seus membros (políticos, burocratas, e militares), mas toda a população do estado nacional. Observe-se que quando falo dessa organização e do seu sistema de instituições, escrevo Estado com e maiúsculo. Quando falo em estado nacional ou em estado-nação, uso o e minúsculo.

histórica e normativa, o pensamento do ISEB é essencialmente nacionalista. Nacionalismo não significa aqui rejeição do estrangeiro, mas a constatação que o desenvolvimento se realiza nos quadros nacionais, e envolve a afirmação do estado nacional. O que se pretende é que o Brasil seja tão nacionalista quanto são os países desenvolvidos. Que possua um Estado e uma elite burocrática e empresarial tão capaz de defender os interesses nacionais quanto aqueles que existem nos Estados Unidos, na Inglaterra, ou na França. Para Hermes Lima (1955: 87), que foi muito próximo do grupo do ISEB, e escreveu para os *Cadernos do Nosso Tempo*, o nacionalismo mudava segundo o tempo e as circunstâncias. No caso do Brasil, nos anos 50, significava aproveitar a “atmosfera favorável aos nossos desígnios” e promover a industrialização. Mais especificamente, afirma ele:

Traduz, portanto, o nacionalismo neste momento, para o Brasil, a decisão de levar a cabo uma política pioneira de base que, por isso mesmo, só nós mesmos podemos sentir e formular. Política de base para alicerçar nossa industrialização. Política de base que permita incorporar a níveis de produtividade de renda mais satisfatórias a grande massa da população.

Nacionalismo significa também o reconhecimento da existência do imperialismo, que é entendido como a forma natural de dominação não mais política, mas econômica dos países ricos sobre os pobres. Expressa-se, de um lado, pela troca desigual ou pela deterioração dos termos de intercâmbio (nisto reproduzem o pensamento da CEPAL), e, de outro, pela realização, através do capital estrangeiro, de lucros monopolistas e sua remessa para o exterior. Os interesses dos estados nacionais não são necessariamente conflitantes, mas, nas relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, ocorre um desequilíbrio de forças que facilita a realização dos interesses dos primeiros, muitas vezes às custas dos últimos.

Esse desequilíbrio de forças materiais é potencializado pela subordinação cultural das elites dos países subdesenvolvidos. Estas elites são vítimas do ‘complexo de inferioridade colonial’. Sentem-se intrinsecamente inferiores às elites européias e dos Estados Unidos. E tendem a reproduzir, de forma mimética e pouco crítica, as idéias e as instituições estrangeiras, que, assim, tornam-se postizas. Para o ISEB, as idéias dos brasileiros estão, como diria mais tarde Roberto Schwarz (1981), ‘fora do lugar’. Seus textos sobre esse tema são fascinantes.¹⁷

¹⁷ Ver principalmente Roland Corbisier (1955), Álvaro Vieira Pinto (1957, 1960) Guerreiro Ramos (1955, 1957), Helio Jaguaribe (1956, 1962) e Candido Mendes de Almeida (1963). Entre esses trabalhos, aquele que sintetiza o conceito de desenvolvimento do ISEB é o de Hélio Jaguaribe, *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político* (1962). Meu primeiro livro, *Desenvolvimento e Crise no Brasil* (1968), busca avançar em relação à visão do ISEB do desenvolvimento brasileiro, a partir da crise que se desencadeia no início dos anos 60, mas é essencialmente fiel ao seu conceito de desenvolvimento.

Uma elite alienada, uma ‘jeunesse dorée’, reproduz no Brasil a cultura estrangeira de forma transplantada, ornamental, desligada dos problemas reais do país, revelando-se incapaz de pensar os problemas nacionais com originalidade e autenticidade.¹⁸ Desta forma, não logra desenvolver, no plano interno, as instituições adequadas ao país. E, em suas relações internacionais, tem dificuldade em afirmar os interesses nacionais. No editorial de apresentação do primeiro número de *Cadernos de Nosso Tempo*, que não tem mais do que duas páginas, Hélio Jaguaribe (1953: 2) já escrevia:

Em países como o Brasil, em que persiste a alienação colonialista, à crise peculiar à nossa época se acrescentam as conseqüências daquela alienação. O problema do nosso tempo, inclusive aqueles que afetam diretamente o Brasil, são considerados segundo as perspectivas dos interesses alienígenas. Recebemos do estrangeiro, juntamente com os problemas, sua interpretação pré-fabricada.

Com a industrialização, entretanto, surge no Rio de Janeiro uma equipe de políticos e tecnocratas ligados ao Estado, e em São Paulo surge uma classe empresarial que, associadas, iniciam a Revolução Nacional Brasileira. Nestes termos, o desenvolvimento para um país periférico como é o Brasil implica em um duplo desafio. Em primeiro lugar, como aconteceu originalmente para os países desenvolvidos, significa construir e consolidar o estado nacional. Em segundo lugar, porém, consiste em se desvencilhar da subordinação cultural, e, em uma frase que Celso Furtado cunhou e repetiu muitas vezes, ‘transferir o centro de decisão para dentro do país’. Desenvolvimento significa revolução nacional que torne o país senhor do seu destino: capaz de saber, nas relações com os demais países, qual seja seu interesse nacional.

O nacionalismo é a ideologia da revolução nacional. É a tomada de consciência pelo povo brasileiro de que se constitui em uma nação que tem interesses nem sempre coincidentes com os dos demais países. Entendido nestes termos, o nacionalismo não tem o caráter excludente que muitas vezes assume quando a ‘nação’ é identificada com uma população que compartilha a mesma raça, a mesma origem regional, a mesma religião, os mesmos valores e crenças. Sociedade multirracial, multinacional, e multi-religiosa, constituída por um grupo heterogêneo de pessoas que se torna uma nação através da própria formação do estado nacional, o Brasil é um país do qual se diz muitas vezes que ‘o Estado precedeu a sociedade e a constituiu’. O nacionalismo é exatamente a ideologia que permite que o Estado, que a união política de um grupo de indivíduos, se transforme em uma nação. Assim, o nacionalismo que o ISEB

¹⁸ Guerreiro Ramos (1955) identificou especificamente a ‘jeunesse dorée’ com os pensadores católicos Alceu Amoroso Lima, Afonso Arinos de Melo Franco, e Otávio de Faria, mas estes

propunha nada tem a ver com o racismo, a intolerância religiosa, e o anti-semitismo que caracteriza outros nacionalismos. O modelo de nacionalismo do ISEB inspirava-se no nacionalismo dos estados europeus modernos e, principalmente, no nacionalismo americano. A diferença estava no fato que os Estados Unidos, graças a esse nacionalismo, há muito completaram sua revolução nacional, enquanto o Brasil estava apenas começando.

Para Álvaro Vieira Pinto (1960: 300, 313, 316), o nacionalismo é um fenômeno histórico intrínseco à existência da nação. Em uma primeira grande fase da história do Brasil, colonial, sua preocupação maior é com a definição da forma jurídica nacional; na segunda fase, que começa com a industrialização, já não é mais a forma, mas o conteúdo econômico do desenvolvimento que importa. “O nacionalismo deste momento passa a representar a consciência do imperativo do desenvolvimento”. Mais amplamente, o que o filósofo nos propõe é que o nacionalismo é a consciência autêntica e crítica da realidade nacional. Ora, acrescenta o filósofo, “a consciência crítica é necessariamente autoconsciência... ao se descobrir como ‘nacional’ a consciência se incorpora como um todo à realidade objetiva... a realidade social se faz representar no pensamento”. E conclui Vieira Pinto com uma alusão à tese clássica de Ernest Renan de que a nação se constrói todos os dias:

O dilema entre nacionalismo e não-nacionalismo é de caráter ontológico, diz respeito ao ser da nação, a qual deve permanentemente reafirmar-se sob pena de desintegrar-se.

Através dessa perspectiva cultural e ideológica nacionalista, Vieira Pinto (1957: 29) entende que “o processo de desenvolvimento tem de necessariamente ser um fenômeno de massas”, ou seja, tem que estar inserido na consciência nacional. Do que deriva uma importante diferença entre o desenvolvimento do centro e da periferia. Enquanto o desenvolvimento do centro teve como adversárias as elites aristocráticas e mercantis, o desenvolvimento da periferia tem como adversários adicionais os interesses do capitalismo internacional e das elites locais alienadas, aliadas ao imperialismo. Enquanto para o centro a revolução nacional consiste apenas em formar e consolidar o estado-nação, para um país subdesenvolvido como o Brasil o desafio adicional está em pensar os problemas em termos nacionais ou autênticos.

Durante os anos 60 e 70 a aliança dos militares brasileiros com os Estados Unidos contra o comunismo não significou a derrota das idéias nacionalistas do ISEB, já que no plano

apenas foram destacados por representarem o que havia de mais sofisticado então em termos de pensamento brasileiro.

econômico o Estado continuava a afirmar o interesse nacional identificado com a industrialização. A derrota, até aquele momento, fora apenas acadêmica.¹⁹ Nos anos 80, porém, com a crise, e principalmente nos anos 90, quando a onda neoliberal toma conta do Brasil, estas idéias foram consideradas ‘atrasadas’. Na verdade, era a Revolução Nacional Brasileira que estava sendo interrompida, era o Brasil e suas elites que, sem mais contar com a análise histórica e nacional do ISEB, renunciavam a pensar com a própria cabeça com vistas ao interesse nacional.

Desenvolvimento é superação da dualidade

Desenvolvimento, porém, além de revolução industrial e capitalista, e de revolução nacional, é, para o ISEB, superação da dualidade básica da economia brasileira. Na teoria da dualidade, que será exposta principalmente por Ignácio Rangel, reside uma segunda e fundamental distinção, em relação não aos países desenvolvidos mas, mesmo, em relação a outros países em desenvolvimento. O Brasil, como os demais países subdesenvolvidos, é um país essencialmente dual: há uma ‘dualidade básica na sociedade brasileira’. Para Rangel, o subdesenvolvimento brasileiro se apresenta através de uma série de dualidades encadeadas que tornam o processo mais complexo. Segundo Rangel (1953: 29), "a história do Brasil não retrata fielmente a história universal, especialmente a européia, porque essa evolução não é autônoma, não é produto exclusivo de suas forças internas". A novidade analítica de Rangel consiste em afirmar, primeiro, a coexistência dual de relações de produção historicamente defasadas em relação às etapas por que passaram as sociedades européias; segundo, em mostrar que essa defasagem é dependente das relações de produção existentes na Europa; e, terceiro, em apresentar esse processo dual, defasado e dependente, como encadeado: o ‘pólo secundário’ (ou externo) de uma dualidade, transformando-se no pólo ‘principal’ (ou interno) da dualidade seguinte. Rangel chama os pólos não de secundário e principal, mas de ‘externo’ e ‘interno’, mas, como ele também detecta um ‘lado externo’, em cada um desses pólos, correspondente às relações de produção vigentes nos países centrais, preferimos usar as expressões pólo ‘secundário’ e pólo ‘principal’ para tornar o modelo histórico mais claro. No pólo principal situam-se as relações de produção dominantes e a correspondente classe dominante, que ele

¹⁹ E podia ser celebrada por uma representante da escola de sociologia de São Paulo, Emilia Viotti da Costa (1978: 178), que afirma: “A crise do populismo que culminou com o golpe militar de 1964 colocou os analistas sociais em uma nova direção. O modelo da ‘dependência’ tomou lugar do modelo ‘dualista’”.

chama de ‘sócio maior’ do sistema. No pólo secundário situam-se as relações de produção emergentes e o correspondente sócio menor – a classe social que na dualidade seguinte transformar-se-á no sócio maior. O pólo principal corresponde, portanto, à fase econômica e social em que o sócio maior é ainda predominante, mas essa fase tende a ser superada na medida em que o sócio maior é deslocado da posição dominante. Por outro lado, o pólo secundário é secundário apenas porque o sócio menor ainda não logrou se impor à antiga classe dominante e substituí-la. A dualidade, assim, aparece duplamente: através da coexistência de relações de produção correspondentes a duas fases históricas sequenciais, e através da existência, nos dois pólos, de uma relação de dependência com as sociedades mais avançadas do que o Brasil: tanto no pólo principal quanto no secundário, o respectivo lado externo apresenta relações de produção atrasadas em comparação às vigentes na Europa e nos Estados Unidos. O caráter dual e dependente da economia e da sociedade brasileira fica, assim, integrado, e assume um caráter dinâmico.

A dinâmica histórica brasileira distingue-se, portanto, dos casos clássicos, porque os processos sociais, econômicos e políticos não decorrem apenas da interação entre desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção internas ao país, mas também da evolução das relações que este mantém com as economias centrais. Conforme observa Rangel (1953: 37):

Embora seja mais fácil surpreender o fato da dualidade no estudo de um instituto particular do que na economia nacional como um todo, é evidente que a sua origem se encontra nas relações externas. Desenvolvendo-se como economia complementar ou periférica, o Brasil deve ajustar-se a uma economia externa diferente da sua, de tal sorte que é, ele próprio, uma dualidade. Os termos dessa dualidade se alteram e desde logo podemos assinalar que mudam muito mais rapidamente no interior do que no exterior, o que significa estarmos queimando etapas. Nos primeiros quatro séculos de nossa história, vencemos um caminho correspondente a, pelo menos, quatro milênios da história européia. A rigor, nossa história acompanha *pari passu* a história do capitalismo mundial, fazendo eco às suas vicissitudes. O mercantilismo nos descobriu, o industrialismo nos deu a independência, e o capitalismo financeiro, a república.

A preocupação de Rangel e dos demais membros do grupo era não confundir sua teoria da dualidade básica da economia brasileira com a teoria da modernização, que simplesmente opunha um setor tradicional a um moderno. Colocada em termos de modernização, a teoria era uma simplificação dramática do materialismo histórico, e não garantia especificidade ao subdesenvolvimento. O desenvolvimento seria simplesmente a passagem da sociedade tradicional para a moderna. Para a perspectiva do ISEB é também isto, mas o desenvolvimento dos países periféricos, além de enfrentar o problema da alienação nacional, caracteriza-se por

essa contradição dual entre um pólo principal e outro secundário, e pela dependência de ambos em relação ao exterior.

Esta visão particular e criativa da dualidade relaciona-se de uma forma interessante com o modelo de oferta ilimitada de mão-de-obra, desenvolvido por Arthur Lewis (1954). No setor tradicional existe, sem dúvida, oferta ilimitada de mão-de-obra. O desenvolvimento, portanto, pode ser entendido como o processo de absorção dessa mão-de-obra pelo setor capitalista, na medida que tem condições de oferecer um salário um pouco maior do que o nível de subsistência que prevalece no setor tradicional. O grande desafio do desenvolvimento brasileiro está em superar essa dualidade. Para o ISEB cabia à industrialização essa tarefa, cabia ao Estado liderá-la; aos empresários industriais, associados aos trabalhadores, executá-la; ao nacionalismo, dar-lhe um sentido.

Passados tantos anos, é preciso reconhecer que este foi um primeiro equívoco do conceito de desenvolvimento do ISEB. Um equívoco, entretanto, que nada tem a ver com as críticas da escola de sociologia paulista. Os membros do ISEB, partindo do modelo de desenvolvimento de Arthur Lewis, não consideraram que esta dualidade não era entre o setor tradicional e o moderno, mas entre este e o setor informal, marginalizado, ou dos excluídos. Além disso, não se deram conta que, ao contrário do que previa Lewis, a industrialização não teria condições de absorver o setor informal.

A idéia de um setor tradicional, pré-capitalista, foi amplamente criticada na América Latina a partir dos anos 60.. Assinalou-se, então, que o setor ‘tradicional’ era na verdade um setor formado por pessoas ‘marginais’, ou ‘excluídas’ dos benefícios do desenvolvimento, mas que faziam parte do sistema capitalista. O setor ‘tradicional’ é, na realidade, funcional para o capitalismo subdesenvolvido e dependente. É constituído de pobres que trabalham por conta própria ou sem carteira de trabalho assinada, que são, antes, parte do setor informal ou do setor dos excluídos do que do setor tradicional ou pré-capitalista. Seu papel é o de oferecer trabalho a baixo preço para toda uma série de atividades auxiliares que facilitam a realização de lucros e a acumulação capitalista. Podia-se depreender daí que a diferença entre o setor ‘moderno’ e o setor marginalizado não é de natureza, mas de grau de capitalização. Continua a existir uma dualidade, mas essa é parte constitutiva do capitalismo subdesenvolvido. A idéia era consistente com a visão de Rangel, do latifúndio como internamente pré-capitalista e externamente capitalista, mas é preciso reconhecer que nem o próprio Rangel, e certamente nem os demais membros do grupo se deram conta das conseqüências desse fato para seu conceito de desenvolvimento.

Não estava, inclusive, claro para eles que no Brasil, ao contrário do que aconteceu na maioria das sociedades subdesenvolvidas, a mão-de-obra com oferta ilimitada não é originalmente camponesa vivendo da pequena propriedade agrícola, mas tem origem no latifúndio escravista. Existem, aí, portanto, dois processos diferentes: a oferta ilimitada de mão-de-obra não especializada, que caracteriza praticamente todos os países subdesenvolvidos, e o latifúndio escravista que é uma característica particular do Brasil. A combinação dos dois processos revelar-se-ia explosiva em termos de concentração de renda, e se constituiria em um obstáculo estrutural ao desenvolvimento brasileiro. Exigiria, especialmente, que se desse mais importância à reforma agrária do que o ISEB deu.

Por outro lado, o pressuposto que a dualidade seria superada pela industrialização revelou-se equivocado. Não levava em conta dois fatos: a enorme dimensão do setor marginalizado dentro da economia brasileira, e o caráter altamente poupador de trabalho do progresso técnico ocorrido no último quartel do século XX. Hoje, depois da experiência acumulada, está ficando claro que a incorporação do setor tradicional ao moderno não se fará automaticamente, através do próprio desenvolvimento do PIB e do aumento do emprego no setor formal da economia, mas exigirá estratégias específicas para a transformação e capitalização do próprio setor tradicional. Esta idéia não está ainda inteiramente clara, mas já vem sendo aplicada, desde os anos 80, quando, no bojo do processo de redemocratização do país, iniciou-se em São Paulo o processo de ‘urbanização das favelas’.²⁰ Ao invés de forçar a população das favelas a se transferir para apartamentos construídos em outro local, percebeu-se que fazia mais sentido dar título de propriedade aos favelados, dotar as favelas de serviços públicos de luz, água, esgoto e telefone, e asfaltar suas ruas. O que foi feito ao nível das favelas terá que ser feito ao nível do país. E de alguma forma já está sendo feito, quando os governos em todos os níveis (federal, estadual e municipal) criam mecanismos de crédito para os muito pobres investirem em pequenas empresas, constroem casas populares subsidiadas, investem em gastos sociais nas periferias das grandes cidades. Ou quando o governo federal, respondendo à pressão dos movimentos sociais, promove a reforma agrária, ainda que a justificativa econômica capitalista para os gastos correspondentes não seja clara. Quando os muito pobres se tornam pequenos empresários, seja porque obtiveram crédito, seja porque recebem um pedaço de terra, eles estão aos poucos se inserindo no mercado capitalista. Por outro lado, todos os gastos sociais com os pobres, principalmente os de educação e saúde, estão também melhorando a qualidade de vida

²⁰ As primeiras experiências nesse sentido ocorreram quando André Franco Montoro foi governador de São Paulo e Mário Covas seu prefeito (1983-85).

do setor informal, e, desta forma, integrando-o ao moderno e superando a dualidade, não através da absorção do tradicional pelo moderno, mas pela melhoria das condições de vida dos pobres.²¹ Ignácio Rangel (1960b, 1961), apesar de suas posições inequívocas de esquerda, acreditava que a industrialização teria capacidade de absorver o setor tradicional agrícola, e, por isso, opôs-se à reforma agrária.

É preciso assinalar que esta crítica ao modelo de Lewis, e a convicção de que o desenvolvimento não se faria por apenas uma via –da acumulação e da industrialização – mas também pela via da promoção das condições sociais e das condições empresariais entre os marginalizados ou excluídos, são duas idéias antigas, que têm origem em trabalhos de Michael Kalecki que seu discípulo Ignacy Sachs (1999) tem se encarregado de aprofundar e discutir. Por promoção de condições sociais entendam-se sistemas de educação e de saúde universais, urbanização de favelas, construção de casas, melhoria das condições de transporte, e sistemas de segurança efetivos – para os pobres a boa polícia é vista como um serviço social muito desejado. Entre as condições empresariais incluem-se micro-financejamento, treinamento, e garantia da propriedade. Ignacy Sachs salienta que o desenvolvimento não se faz apenas através da acumulação de capital no setor moderno, mas, também, através da elevação do nível de vida das populações marginalizadas. Os países em desenvolvimento podem ser pensados como arquipélagos de empresas modernas com elevada produtividade de trabalho, de onde vem a maior parte do PIB, imersos em um oceano de trabalho de baixa produtividade, que constitui o tecido intersticial do sistema econômico. Entretanto, conclui Sachs (2003: 6-7, 19), “crescimento rápido puxado pelo setor de empresas modernas não reduzirá por si só a heterogeneidade inicial. Pelo contrário, é provável que concentre a riqueza e renda nas mãos dos poucos que controlam o arquipélago”. Não há, portanto, alternativa para o desenvolvimento senão, além de continuar investindo no setor de empresas modernas, lograr aumentos de produtividade no setor pobre. “O principal desafio é o de transformar as pequenas atividades em bem organizadas e pequenas empresas capazes de competir no mercado capitalista principal”.²² Existe um sem-número de iniciativas que podem levar a esse resultado, ou simplesmente ao aumento da qualidade de vida e da capacidade de trabalho dos pobres, que é uma parte essencial do desenvolvimento.

²¹ Para uma análise do papel da reforma agrária no processo de desenvolvimento a partir dessa perspectiva social de elevação da qualidade de vida, ver Afrânio Garcia e Moacir Palmeira (2001), e os *papers* incluídos no livro organizado por José de Souza Martins, *Travessia*, particularmente a análise da experiência pernambucana realizada por Maria Nazareth Wanderley (2001).

Desenvolvimento requer estabilidade macroeconômica

Retornemos, porém, ao setor das empresas modernas. Amplos investimentos são necessários nesse setor, não apenas em empresas de infra-estrutura e serviços públicos, mas em uma miríade de atividades que caracteriza as sociedades modernas. Ora, tanto o ISEB quanto a CEPAL imaginaram, de uma forma que não podemos senão considerar ingênua hoje, que a industrialização capitalista, ao tornar a acumulação de capital e o progresso técnico duas condições de sobrevivência da classe empresarial, tornaria o desenvolvimento auto-sustentado, superaria não apenas as formações pré-capitalistas, mas o capitalismo mercantil. O capitalista-mercador, embora visasse o lucro, não era constrangido a continuar a investir, já que sua acumulação de capital não implicava senão marginalmente em progresso técnico. Com a revolução industrial, entretanto, o reinvestimento deixaria de ser facultativo e tornar-se-ia necessário. O desenvolvimento passava a ser automático, inevitável, auto-sustentado.²³

O desenvolvimento, obviamente, poderia enfrentar crises. Apesar da forte influência de Keynes no pensamento do ISEB e da CEPAL ninguém imaginava, nem mesmo Keynes, que o caráter cíclico da economia poderia ser eliminado. Rangel, especialmente, acentuava muito este aspecto. A influência do pensamento de Keynes, que no caso da CEPAL apareceu principalmente no conceito de demanda efetiva, e, secundariamente, na teoria da inflação estrutural, no caso do ISEB, e particularmente de Ignácio Rangel (1960a, 1963), expressou-se através da teoria da inflação como mecanismo de defesa da economia sistematicamente caracterizada por amplos recursos ociosos. Através do ciclo econômico, os investimentos, ao promoverem o crescimento da renda, davam também origem à formação de recursos ociosos. Tornava-se, assim, necessário que o Estado interviesse, não apenas através de políticas macroeconômicas, mas também através do planejamento, para um melhor aproveitamento dos recursos existentes no país.

Apesar desta perspectiva cíclica, no ISEB não se previa que o Brasil e a América Latina poderiam passar por uma quase-estagnação econômica do tipo que experimentam desde 1980.

²⁴ Em que ponto o ISEB falhou? O erro consistiu, essencialmente, em subestimar a

²² Ver também Sachs (2002), em que estas idéias são aplicadas ao Brasil.

²³ Não confundir esta expressão ‘auto-sustentado’ com ‘auto-sustentável’, que diz respeito ao meio-ambiente, e mais tarde se tornaria um problema central para o desenvolvimento.

²⁴ A crítica atinge, naturalmente, a mim próprio. Meu livro *Desenvolvimento e Crise no Brasil – 1930-1967* (1968) começa com um capítulo sobre o conceito de desenvolvimento. Nesse

possibilidade de que, em função principalmente do endividamento internacional, o Estado pudesse entrar numa profunda crise – uma crise de solvência internacional, uma crise fiscal, uma crise na forma de intervenção do Estado, e uma crise na forma de administrar o Estado – que o impediria de realizar não apenas seu papel de promotor estratégico do desenvolvimento, mas também sua função essencial de proporcionar as condições gerais para a acumulação capitalista.²⁵ Mais especificamente, subestimou-se a possibilidade de um endividamento externo, das dimensões que assumiu nos anos 70, nos quadros do processo de globalização. Embora os países em desenvolvimento sempre tenham tido problemas com endividamento externo, nunca tinham enfrentado uma crise de solvência internacional da nação como um todo igual àquela que se desencadeia em 1982. Esta crise de alto endividamento externo, que se repete perversamente nos anos 90, quando novo ciclo de endividamento externo é retomado, resultou em instabilidade macroeconômica crônica que desestimulou os empresários a investir, preferindo, ao invés disso, aplicar seus recursos no exterior ou no financiamento a juros elevados do próprio Estado.

Nos anos 80, a grande crise do modelo desenvolvimentista traduziu-se elevadas taxas de inflação e estagnação econômica. O componente principal dessa crise – a crise da dívida externa, ou seja, a crise de solvência da nação, traduziu-se na suspensão dos empréstimos internacionais, e na necessidade de os estados latino-americanos realizarem pesadas transferências de recursos para o exterior. A instabilidade de preços, somada à verdadeira bomba de sucção representada por elevadas transferências líquidas de juros e dividendos para o exterior, inviabilizaram o desenvolvimento nessa década. Para salvar os bancos internacionais que haviam emprestado pesadamente para países em desenvolvimento, o Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, sob o comando do Tesouro americano, adotam toda uma série de medidas de ajuste e de reforma, consubstanciadas no Consenso de Washington. Embora o ajuste fiscal e as reformas fossem necessários do ponto de vista dos países endividados, elas foram tomadas tendo em vista principalmente os interesses dos países ricos. Afinal, muitas das reformas, ao serem radicalizadas ou simplesmente mal-feitas, deixaram de ter justificativa econômica para serem meramente neoliberais e enfraquecerem o Estado. O imperialismo manifestava-se, assim, de uma nova forma, e impunha pesadas perdas para os países endividados e principalmente a seus setores mais pobres. Aos poucos, porém, apesar dos elevados custos do ajuste e das reformas, os países equilibravam suas contas públicas, a taxa de

livro adotei, essencialmente, uma perspectiva aprendida no ISEB, à qual acrescentei minha própria contribuição.

inflação caía, a dívida externa se reduzia em relação às exportações. Era, portanto, legítimo esperar a retomada do desenvolvimento.

Nos anos 90, quando a crise da dívida externa começa a ser superada, novamente o imperialismo muda de estratégia, que agora vai se consubstanciar no que tenho chamado de o Segundo Consenso de Washington (Bresser-Pereira, 2003a) – um consenso muito mais danoso do que o anterior para os países que aceitam as recomendações de Washington. O novo consenso baseia-se na adoção de uma reforma adicional que não fazia parte do primeiro – a abertura financeira – e na definição de uma estratégia de ‘crescimento com poupança externa’. Como poupança externa significa déficit em conta corrente e aumento do endividamento externo, essa é uma política esdrúxula para países já altamente endividados, e sem grandes projetos de investimento. Não apenas porque esta ‘estratégia’ volta a fragilizar países que já ultrapassaram o limiar aceitável de endividamento externo, mas porque a entrada em massa de capitais especulativos, atraída por juros internos elevados, além de investimentos diretos que principalmente comprem empresas nacionais, aprecia a moeda local, aumenta os salários reais artificialmente, e termina em aumento do consumo ao invés de aumento da taxa de investimento.

Muito compreensivelmente o ISEB não soube prever esta instabilidade macroeconômica que derivaria da crise da dívida externa, que já dura mais de 20 anos no Brasil, e da incompetência das elites nacionais em definir uma política nacional de desenvolvimento capaz de superar essa crise. Não previu, também, como os interesses e preconceitos do sistema oficial de Washington e do sistema financeiro de Nova York se expressariam em uma ‘ortodoxia convencional’ que, em nome da estabilidade de preços, acentuaria a instabilidade do balanço de pagamentos do país. É preciso, entretanto, reconhecer que seu conceito de nacionalismo e sua crítica à alienação das elites locais constituíam uma base para se diagnosticar os problemas novos dos anos 80 e 90, que se estendem nos anos 2000. Já o mesmo, porém, não pode ser dito em relação à escola de São Paulo. Ela dividiu-se, nos anos 80, em uma ala de centro-esquerda e outra de esquerda,²⁶ mas o que as dividiu não foi a questão nacional, mas o problema da distribuição de renda e as considerações relativas às classes sociais. Enquanto a interpretação do ISEB, como a da CEPAL, desenvolvida nos anos 40 e 50, correspondeu à interpretação

²⁵ Foi especialmente Elmar Altvater (1972) quem originalmente salientou esse papel do Estado.

²⁶ No grupo de centro-esquerda temos Fernando Henrique Cardoso, José Serra, José Arthur Giannotti, Juarez Brandão Lopes, enquanto no de esquerda são figuras centrais Francisco de Oliveira, Lúcio Kowarick, Paulo Singer, Roberto Schwarz.

nacional-burguesa do Brasil, e sua visão do desenvolvimento está intrinsecamente ligada à idéia da revolução nacional, a escola de São Paulo revelou-se sempre muito menos interessada na questão nacional. As duas interpretações que seus membros adotaram depois do golpe militar de 1964 – a já referida interpretação funcional-capitalista e a interpretação da nova dependência – revelam esse desinteresse.

A interpretação da nova dependência, que, entre as duas, é aquela que vai ter mais repercussão, inclusive internacional, reconhece um fato histórico novo entre os seis citados – a entrada das empresas multinacionais no setor manufatureiro brasileiro. Verifica também que, ao contrário do que previu o ISEB e a CEPAL, o golpe de 1964 não implicou em estagnação da América Latina, embora aprofundasse a concentração de renda já existente. A partir desses fatos, propôs uma reformulação da ‘velha’ teoria da dependência que a interpretação nacional-burguesa adotara. No plano econômico, afirma que essas empresas passam a contribuir para a industrialização, mas o desenvolvimento passa a ocorrer de uma forma distorcida, na medida em que produzem bens de consumo de luxo que podem ser comprados apenas pela classe média (Bresser-Pereira, 1970; Conceição Tavares e José Serra, 1971). O livro que então transmitiu mais amplamente e de forma mais original as novas idéias é o de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Desenvolvimento e Dependência na América Latina* (1969). Dessa forma, de maneira independente,²⁷ e seguindo uma lógica diversa, fazíamos uma reflexão semelhante da nova forma que assumia a dependência e sobre o milagre econômico por que passou o Brasil entre 1968 e 1973. Os pesados investimentos diretos na indústria promoviam mais uma etapa da industrialização por substituição de importações, e implicavam num novo pacto político que agora unia a tecnoburocracia do Estado com os empresários industriais e com um sócio novo, que não estava presente no pacto de Vargas - as empresas multinacionais - , ao mesmo tempo em que dele excluía radicalmente os trabalhadores. Esta exclusão dos trabalhadores facilitava que o novo modelo dependente de desenvolvimento fosse, no plano político, autoritário, e no econômico, concentrador de renda. Todos esses fatos foram bem analisados pela escola de sociologia de São Paulo. Não se falava mais em imperialismo, mas apenas em dependência. O vigor do ISEB em criticar o imperialismo desaparecera. Havia, pelo contrário, a preocupação em criticar os autores, como Theotônio do Santos e Ruy Mauro

²⁷ Meu caminho foi percorrido a partir de uma preocupação em defender a interpretação do ISEB, os primeiros trabalhos datando do início dos anos 60 (Bresser-Pereira, 1960, 1963), enquanto que os trabalhos da escola de sociologia são posteriores e preocupavam-se expressa ou implicitamente em se colocar como uma alternativa ao trabalho dos intelectuais do ISEB. Meu trabalho sobre a concentração da renda e a recuperação da economia brasileira (Bresser-Pereira, 1960) foi escrito antes de tomar conhecimento do livro de Cardoso e Faletto (1969).

Marini, que falavam também em nome da teoria da dependência, mas não viam mudanças nas relações econômicas internacionais, e insistiam em uma concepção antiga do imperialismo (Serra e Cardoso, 1979). Embora essa crítica fosse correta, na medida em que uma simples oposição de interesses entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos não fazia mais sentido (o processo de interesses comuns e conflitantes é muito mais complexo), revelou-se nessa atitude uma dificuldade em compreender as mutações do imperialismo, que teria graves consequências para o Brasil e a América Latina a partir da crise dos anos 80. Apesar da crítica da escola de São Paulo ao ISEB, isto não impediu que seus membros participassem, na segunda parte dos anos 70, do novo pacto político democrático, entre empresários industriais e trabalhadores, que presidiu a transição democrática.²⁸ Entretanto, o colapso do Plano Cruzado, no início de 1987, inviabilizou esse grande acordo político em torno de um ‘novo desenvolvimentismo’ não-populista, voltado para a estabilidade macroeconômica e o desenvolvimento nacional, enfraqueceu os empresários industriais que haviam liderado o pacto, e, desencadeou a crise política nos últimos três anos do governo Sarney (1985-1989).²⁹ No novo vácuo político criado por essa crise, o setor financeiro e os rentistas nacionais, associados às finanças internacionais, aproveitaram a onda neoliberal iniciada em meados dos anos 70 nos Estados Unidos para assumir o controle da política macroeconômica e de desenvolvimento do país, no quadro de referência do Segundo Consenso de Washington. A quase-estagnação da economia brasileira, que nos anos 80 derivava da crise da dívida externa, derivava agora das políticas macroeconômicas equivocadas, que, em nome do ‘crescimento com poupança externa’, mantinham a taxa de juros do Banco Central em níveis estratosféricos enquanto a taxa de câmbio permanecia em vários graus valorizada.³⁰

Ao suporem que o desenvolvimento se tornaria auto-sustentado depois da industrialização, o ISEB, a CEPAL, e, neste caso, também a escola de São Paulo subestimaram a possibilidade

²⁸ A transição democrática no Brasil irá ocorrer a partir de 1977, quando a burguesia começa a romper sua aliança autoritária com a tecnoburocracia militar, e o pacto democrático de 1977 começa a se formar. Analisei especificamente esse pacto político em dois livros, Bresser-Pereira (1978, 1985), e todos os pactos políticos desde 1930, em Bresser-Pereira (2003b).

²⁹ O Plano Cruzado, ao invés de expressar um novo desenvolvimentismo, acabou sendo um exemplo de política econômica populista. Ao assumir o Ministro da Fazenda em seguida ao colapso do Plano Cruzado, tentei definir as bases de uma nova estratégia de desenvolvimento, a partir da solução da crise fiscal e da crise da dívida externa, mas já não havia condições políticas para isso.

³⁰ A valorização do câmbio, cujos efeitos são mortais para o desenvolvimento econômico, tornou-se dramática entre 1995 e 1998, e terminou com uma crise de balanço de pagamentos, e na flutuação do câmbio. Mesmo depois disto, porém, a taxa de câmbio continuou relativamente

de que os países latino-americanos se endividassem no exterior tanto quanto se endividaram, e que depois teriam tantas dificuldades de superar a crise decorrente. Subestimaram que os empresários industriais poderiam ficar desestimulados senão impedidos de investir em consequência de uma política econômica ortodoxa convencional, anti-nacional, que manteria cronicamente uma equação macroeconômica perversa: elevada taxa de juros básica, e baixa taxa de câmbio. Subestimaram o fato de que o Estado, cujo papel era central no projeto de desenvolvimento, poderia entrar em crise e deixar de ser um instrumento do desenvolvimento nacional. Subestimaram, finalmente, que as elites brasileiras, que mal ou bem logravam ser nacionais nos anos 50, poderiam regredir politicamente e perder o pouco de consciência nacional que haviam alcançado. Não previram que o país como um todo poderia se ver imerso em uma crise de solvência externa de longo prazo, que enfraqueceria o Estado e alienaria as elites, e, assim, manteria a economia do país quase-estagnada, caracterizada pela instabilidade macroeconômica crônica, que, nos anos 80, se expressou pela alta inflação, e nos anos 90 e início dos anos 2000, pela apreciação do câmbio e por crises de balanço de pagamentos.

A dimensão moral

Até agora vimos o conceito de desenvolvimento do ISEB como um processo de crescimento dos padrões de vida da população de um país, e de superação da dualidade que caracteriza o subdesenvolvimento, através da acumulação de capital e da sistemática incorporação do capital, que se inicia com as revoluções capitalista e nacional. Neste conceito, o fator moral ou normativo não é considerado. Não haveria aqui outra grave limitação? Para que haja desenvolvimento não seria necessário que o processo de crescimento da renda e dos padrões de vida ocorresse acompanhado por uma razoável distribuição de renda? A resposta a esta questão depende do ponto de vista que assumamos. Se o que pretendemos é fazer uma análise de um fenômeno histórico – o processo histórico do desenvolvimento e do subdesenvolvimento – não há razão para se incluir uma perspectiva normativa: a abordagem deve ser apenas científica. Se houve desenvolvimento em outros países, historicamente, sem aumento da justiça, esta não é parte do conceito de desenvolvimento. Foi a abordagem do ISEB. Seus membros sabiam que o desenvolvimento, historicamente, envolvia sempre transformações econômicas e sociais profundas, mas foi muitas vezes concentrador de renda, cego às questões da justiça social. Esta claro que a concentração tinha limites econômico, pois

valorizada, na medida que o Banco Central mantinha a taxa de juros básica muito elevada

ameaça sempre resultar em crise de realização macroeconômica, ou em crise política. Mas enquanto se está definindo um processo histórico do desenvolvimento não existe espaço para considerações morais.

Podemos, entretanto, pensar o desenvolvimento não como um processo histórico, mas como um dos quatro objetivos políticos das sociedades modernas, ao lado da ordem social, da liberdade, e da justiça. Examinado a partir desta perspectiva moral e de filosofia política, o conceito de desenvolvimento será necessariamente normativo. Não basta entender o processo de desenvolvimento: é preciso dizer que tipo de desenvolvimento queremos. Os intelectuais do ISEB eram socialistas reformistas, e defendiam um desenvolvimento com distribuição de renda, mas este problema não estava no centro de suas preocupações.

O mesmo se aplica ao problema da democracia. O ‘verdadeiro desenvolvimento’ não deveria ser necessariamente democrático, garantindo os direitos humanos? Não, em termos de análise de um processo histórico; sim, a partir de uma perspectiva normativa de filosofia ou teoria política, uma vez que a liberdade e a igualdade são objetivos políticos básicos das sociedades modernas. Quase todos os processos iniciais de desenvolvimento ocorrem no quadro de regimes autoritários, mas, afinal, o próprio desenvolvimento acaba promovendo a transição para a democracia. O ISEB, reproduzindo o padrão de preocupações e as prioridades dos anos 50 no Brasil, não estava particularmente preocupado com o problema da democracia. Seus membros não adotavam a tese marxista de que a ‘a democracia burguesa seria meramente formal’, mas estavam claramente mais interessados no desenvolvimento do que na democracia. Foi só a partir dos anos 70, quando a esquerda brasileira e latino-americana sentiu na carne os efeitos do autoritarismo, que a democracia passou a ser um objetivo central para ela. No plano político, a análise mais interessante dos intelectuais do ISEB em relação ao problema da democracia estava em sua análise populismo político, do tipo praticado por Vargas, com a democracia.³¹ Afirmavam eles que o populismo político podia não ser uma forma ideal de comportamento político, mas era a primeira manifestação da democracia, na medida em que abria espaço para que o povo pela primeira vez se manifestasse politicamente.

(Bresser-Pereira, 2003a).

³¹ Não confundir o populismo político – a relação direta do líder político com o povo sem a intermediação dos partidos políticos – com o populismo econômico: o Estado gastar mais do que arrecada, aumentando a dívida pública (populismo fiscal); ou a nação gastar mais do que ganha, aumentando a dívida externa (populismo cambial).

Mesmo, porém, que consideremos o desenvolvimento apenas como um processo histórico, está claro que este não existe sem decisão política, sem intervenção deliberada do Estado, sem o esforço por formar e consolidar o estado nacional. Ora, quando a política está envolvida, quando estamos falando de decisões tomadas por governantes, tanto a questão moral quanto a democrática tornam-se centrais para o desenvolvimento, e se torna artificial querer estudar o desenvolvimento apenas como um fenômeno histórico. O desenvolvimento é um processo histórico, mas é também o resultado da vontade política nacional. Os governantes precisam de justificativa para as políticas econômicas e sociais que adotam, e as justificativas exclusivamente econômicas revelam-se logo politicamente inaceitáveis, e, por isso, inviáveis. Para se legitimarem, os governantes no mundo atual não têm alternativa senão considerar as questões de justiça e de liberdade no processo de desenvolvimento. E de envolver os cidadãos com espírito republicano nas questões que lhes dizem respeito. O desenvolvimento, portanto, mesmo do ponto de vista histórico, tem uma dimensão moral, que é também uma dimensão política, e, portanto, democrática.

Conclusão

Em síntese, o conceito de desenvolvimento do ISEB é um conceito histórico de revolução capitalista, através da industrialização, e de revolução nacional, que torna o país capaz de tomar suas decisões essencialmente em função dos interesses nacionais. Enquanto, no Brasil, entre os anos 30 e os anos 70, a revolução capitalista se completou, o mesmo não pode ser dito em relação à revolução nacional, que se interrompe a partir dos anos 80. O ISEB superestimou a capacidade do setor moderno de absorver a mão-de-obra abundante do setor marginalizado, e não deu a devida importância aos processos através dos quais se eleva o nível de vida e a capacidade empresarial dos setores marginalizados ou excluídos do desenvolvimento. Por outro lado, subestimou a capacidade do imperialismo de se renovar, e de aproveitar a fragilidade das economias dos países altamente endividados externamente e a falta de consciência nacional de suas elites para lhes impor políticas econômicas contrárias ao interesse nacional.

O ISEB, e, de um modo geral, aqueles que se envolveram no projeto nacional de industrialização a partir dos anos 30, não se deram conta de que para que o desenvolvimento se torne auto-sustentado não basta que a acumulação de capital e a incorporação de progresso técnico se tornem inerentes ao sistema econômico industrial. É preciso que a nação se mantenha solvente financeiramente, crescendo fundamentalmente com seus próprios recursos, com sua própria poupança. “O capital se faz em casa”, dizia Barbosa Lima Sobrinho (1973),

que pensou o Brasil sempre em termos nacionais. O Brasil, porém, nos anos 70 e novamente nos anos 90, não seguiu esse princípio, e, da mesma forma que vários outros países latino-americanos, assumiu uma dívida externa cuja dimensão é sem precedentes. Uma dívida externa excessiva como a brasileira e a latino-americana, além de ter tido e continuar a ter consequências econômicas deletérias, acaba por implicar na alienação das elites e na imobilização do Estado, agravando a dependência do país e inviabilizando o projeto nacional.

Referências

- Jacoby, Russell (1987) *Os Últimos Intelectuais*. São Paulo: Trajetória Editorial e Edusp, 1990. Originalmente publicado em inglês, em 1987.
- Brandão, Gildo Marçal (1997) *A Esquerda Positiva: As Duas Almas do Partido Comunista*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Viotti da Costa, Emília (1978) "A Revolução Burguesa no Brasil". *Encontros com a Civilização Brasileira* nº.4 outubro 1978: 176-185.
- Cortes, Norma (2003) *Esperança e Democracia: As Idéias de Álvaro Vieira Pinto*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.
- Abreu, Alzira Alves (1975) *Nationalisme et Action Politique au Brésil: Une Étude sur l'ISEB*. Paris: Tese de Doutorado para a Universidade René Descartes – Paris V, 1975.
- Almeida, Cândido Mendes (1963) *Nacionalismo e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Afro-Asiáticos.
- Altwater, Elmar (1972) "Notes on Some Problems of State Intervention". *Kapitalistate*, n.1-2, 1973. Originally published in German, 1972.
- Barbosa Lima Sobrinho, Alexandre (1973) *Japão: O Capital se Faz em Casa*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1960) Carta a Luiz Antônio de Almeida Eça sobre o colapso do pacto político de Getúlio Vargas e o sentido das eleições de 1960. Dezembro, 1960. Disponível em www.bresserpereira.org.br.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1963) "O Empresário Industrial e a Revolução Brasileira". *Revista de Administração de Empresas* 2(8) julho 1963:11-27.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1968) *Desenvolvimento e Crise no Brasil: 1930-1967*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1970) "Dividir ou Multiplicar? A Distribuição da Renda e a Recuperação da Economia Brasileira". *Visão*, 21 de novembro, 1970. Republicado em *Reforma Agrária*, boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária, fevereiro 1971. Incluído, com o mesmo título, em *Desenvolvimento e Crise no Brasil*, a partir da terceira edição (São Paulo, Editora Brasiliense, 1972: 211-221).
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1978) *O Colapso de uma Aliança de Classes*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1982) "Seis Interpretações sobre o Brasil". *Dados* 25(3), sem mês, 1982: 269-306.

- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (1985) *Pactos Políticos: Do Populismo à Redemocratização*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2003a) “O Segundo Consenso de Washington e a Quase-estagnação da Economia Brasileira”. *Revista de Economia Política* 23 (3): 3-34, julho 2003.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2003b) *Desenvolvimento e Crise no Brasil: 1930-2003*, quinta edição. São Paulo: Editora 34.
- Cardoso, Fernando H. e Enzo Faletto (1969) *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Originalmente publicado em espanhol, 1969.
- Cardoso, Fernando Henrique (1962) *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Cardoso, Fernando Henrique (1964) *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Corbisier, Roland (1955) *Formação e Problema da Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958. Conferência pronunciada em dezembro de 1955.
- Fernandes, Florestan (1965) *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Dominus Editora.
- Franco, Maria Sylvia Carvalho (1978) “O Tempo das Ilusões” em Marilena Chauí e Maria Sylvia Carvalho Franco, *Ideologia e Mobilização Popular*. São Paulo: CEDEC. Editora Paz e Terra.
- Furtado, Celso (1958) *Perspectivas da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB.
- Furtado, Celso (1959) *A Operação Nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB.
- Furtado, Celso (1961) *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- Garcia, Afrânio e Moacir Palmeira (2001) "Transformação Agrária". In Ignacy Sachs, Jorge Wilhelm e Paulo Sérgio Pinheiro, orgs. (2001): 38-77.
- Guerreiro Ramos, Alberto (1955) “A Problemática da Realidade Brasileira”. In Guerreiro Ramos *et al.* (1955).
- Guerreiro Ramos, Alberto (1957) “Condições Sociais do Poder Nacional”. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB. Republicado in Guerreiro Ramos (1960).
- Guerreiro Ramos, Alberto *et al.* (1955) *Introdução aos Problemas Brasileiros*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB.
- Jaguaribe, Hélio (1953) “Apresentação de *Cadernos de Nosso Tempo*”. *Cadernos do Nosso Tempo*, nº.1, outubro-dezembro 1953: 1-2 (Editorial escrito por Hélio Jaguaribe como diretor da revista).
- Jaguaribe, Hélio (1955) “A Sucessão Presidencial”. *Cadernos do Nosso Tempo*, nº.4, abril-agosto 1955: 1-24 (o nome do autor só aparece no índice da revista).
- Jaguaribe, Hélio (1956) “O Problema do Desenvolvimento Econômico e a Burguesia Nacional”. São Paulo: FIESP – Fórum Roberto Simonsen, 1956. Conferência pronunciada em 11 de maio de 1956.
- Jaguaribe, Hélio (1958) *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB.

- Jaguaribe, Hélio (1962) *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Jaguaribe, Hélio (1979) "ISEB". *Cadernos de Opinião*, outubro 1979: 94-110.
- Lewis, Arthur W. (1954) "Economic Development with Unlimited Supply of Labor". In Agarwala e Singh, orgs., *The Economics of Underdevelopment*. New York: Oxford University Press, 1958: 400-449. Originalmente publicado em 1954.
- Lima, Hermes (1954) "Significação do Nacionalismo". *Cadernos do Nosso Tempo*, abril 1955: 85-100.
- Oliveira, Francisco de (1972) "Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista". *Estudos Cebrap* n°.2, outubro de 1972: 3-82.
- Prado Jr., Caio (1966) *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Rangel, Ignácio M. (1953) *A Dualidade Básica da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957. Escrito em 1953.
- Rangel, Ignácio M. (1960a) *Recursos Ociosos e Política Econômica* (coletânea de ensaios publicados em 1960). São Paulo: Editora Hucitec.
- Rangel, Ignácio M. (1960b) "Depoimento sobre a Questão Agrária". In Ignácio Rangel (1992). *Do Ponto de Vista Nacional*. Rio de Janeiro: Bienal – BNDES, p. 72-73. Publicado originalmente em *Última Hora*, Rio de Janeiro, 26.12.1960.
- Rangel, Ignácio M. (1961) *A Questão Agrária Brasileira*. Rio de Janeiro: Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento. Obra divulgada pelo Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco, 1962.
- Rangel, Ignácio M. (1962) "A Dinâmica da Dualidade Brasileira". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2(2) julho 1962. 215-235.
- Rangel, Ignácio M. (1963) *A Inflação Brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Rangel, Ignácio M. (1981) "A História da Dualidade Brasileira". *Revista de Economia Política* 1(4), outubro 1981: 5-34.
- Sachs, Ignacy (1999) "L'Économie Politique du Développement des Économies Mixtes selon Kalecki: Croissance Tirée par l'Emploi". *Mondes en Développement* (Paris-Bruxelas), 27(106).
- Sachs, Ignacy (2002) *Desenvolvimento Humano, Trabalho Decente e o Futuro dos Empreendedores de Pequeno Porte no Brasil*. Brasília: SEBRAE-UNDP.
- Sachs, Ignacy (2003) "Inclusive Development and Decent Work For All". Trabalho preparado para a Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização da OIT – Organização Internacional do Trabalho, outubro 2002. Revisado em janeiro, 2003.
- Sachs, Ignacy, Jorge Wilhelm e Paulo Sérgio Pinheiro, orgs. (2001) *Brasil: um Século de Transformações*. São Paulo: Cia. das Letras
- Schwarz, Roberto (1981) *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades.
- Serra, José e Fernando Henrique Cardoso (1979) "As Desventuras da Dialética da Dependência". *Estudos Cebrap* n°.23: 33-80.
- Tavares, Maria da Conceição e José Serra (1971) "Além da Estagnação". In Maria da Conceição Tavares (1972) *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar. Publicado originalmente em espanhol em 1971.

- Toledo, Caio Navarro de (1974) *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo: Editora Ática, 1977.
Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1974.
- Vieira Pinto, Álvaro (1957) *Ideologia e Desenvolvimento Nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB.
- Vieira Pinto, Álvaro (1960) *Consciência e Realidade Nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB.
- Wanderley, Maria Nazareth Baudel (2003) “Morar e Trabalhar”: O Ideal Camponês dos Assentados de Pitanga (Estudo de Caso do Nordeste)". In José de Souza Martins, org. (2003) *Travessias – A Vivência da Reforma Agrária em Assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003: 203-246